

...continuação



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente no resultado e no período. A efetividade do hedge é determinada no início do relacionamento do hedge e por meio de avaliações prospectivas e retrospectivas periódicas de efetividade para garantir que exista um relacionamento econômico entre o item coberto e o instrumento de hedge. A avaliação da efetividade do hedge será baseada no resultado do método do derivativo hipotético considerando o resultado obtido nas operações em períodos idênticos aos prazos de vencimento dos instrumentos financeiros subjacentes (período de mensuração) e o resultado da variação do item objeto de hedge ocorrido para o mesmo período (variação cambial). Será considerado efetivo o resultado do hedge, cuja relação entre o resultado do instrumento financeiro derivativo e a variação cambial do objeto do hedge for superior a 80% e inferior a 125% em determinado período de mensuração - no termo do inciso II do art. 5º da Circular Bacen nº 3.082/02 - fr. Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários; e • Outros modelos de precificação. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota 7. Devido a ativos financeiros - conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN), os ativos financeiros quando de sua venda em transação, são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. h. As operações de crédito estão registradas pelos valores concedidos acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso igual ou superior a sessenta dias o reconhecimento no resultado de receitas e encargos ocorre quando do efetivo recebimento. i. A provisão para operações de crédito é constituída de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, em montante considerado suficiente, pela administração, para cobrir eventuais perdas. j. Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no patrimônio líquido das sociedades investidas. Outros investimentos estão, principalmente, avaliados ao custo de aquisição, sujeitos a teste de recuperabilidade de ativos (impairment). Conforme descrito na nota 2, a partir de 1º de Janeiro de 2022, as participações em entidades que não se qualificam como controladas, controladas sob influência ou controladas em conjunto devem ser registradas a valor justo. A avaliação do valor recuperável - os ativos não financeiros, incluindo os outros investimentos avaliados ao custo de aquisição (Nota 12), estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro, conforme Resolução CMN nº 4.924 de 24/2/2021. Em 31 de Dezembro de 2022, não foi identificada perda por redução ao valor recuperável em ativos não financeiros. Em 31 de Dezembro de 2021, foi identificada e contabilizada perda por desvalorização do valor recuperável de outros investimentos registrados ao custo no montante de R\$ 279.371. l. Imobilização - conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e aos benefícios realizados em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. m. A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal para o período de 15% a 30% do adicional de 10% a margem da CSLL, foi majorada em 25% no período de 1º de Julho de 2021 até 31 de Dezembro de 2021, retornando para 20% a partir de 1º de Janeiro de 2022, conforme Lei nº 14.183/21, de 14 de Julho de 2021. Subsequentemente, em 02 de Setembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.446/22, a qual elevou a alíquota de CSLL para as Instituições Financeiras em 1% para o período de 1º de Agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, e mais uma vez, retornando para 20% no ano seguinte, qual seja 1º de Janeiro de 2023. Portanto, o crédito tributário diferido a ser realizado foi constituído já considerando a alíquota vigente de 20% em cada período. Quanto à CSLL corrente, foi reconhecido o efeito adicional para os respectivos períodos comparados de 2021 e 2022, conforme divulgado na nota 20(a). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumuladas. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 20(c). n. Negociação e intermediação de valores são demonstrados pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação. o. Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência no Banco, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de liquidação também são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, sendo exclusivamente em ações ou indexados ao preço das mesmas, conforme o plano, com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem o direito de exercício. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. p. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização e sobre as quais não cabam mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais - quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou consistência documental. Os valores provisórios são calculados com base na Resolução CMN nº 4.924 de 24/2/2021. Em 31 de Dezembro de 2022, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao pagamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) de empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Credit Suisse Brasil. r. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.877/20, foi reconhecido contabilmente o passivo atuarial relativo a benefícios pós-emprego (assistência médica), com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para o passivo atuarial está divulgado na nota 15. s. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que não há instrumentos de capital que tenham qualquer outro instrumento associado que possam potencialmente diluir. t. A moeda funcional do Banco e de suas controladas no Brasil é o Real e da Credit Suisse Brasil (Bahamas) Ltd., sediada no exterior, é o Dólar Norte Americano. Para a controlada no exterior, os ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no fim do período, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos de resultado pelas taxas de câmbio das datas de ocorrência das transações. Desta forma, a parcela relativa aos ajustes de variação cambial, decorrentes do processo de conversão das informações financeiras da controlada no exterior, foram registrados no patrimônio líquido e apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e de resultado abrangente. u. Resultados recorrentes e não-recorrentes: em atendimento a Resolução BCB Nº 2 de 12 de Agosto de 2020, confirmamos que não houve resultado não-recorrente no exercício de 2022, ou seja, não houve nenhum resultado material que não estivesse relacionado ou estivesse relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, tampouco previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2021, reconhecemos o ajuste de impairment, conforme descrito na nota 12 - Investimentos.

4. Gerenciamento de riscos: A estrutura de gestão de riscos do Banco é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado Prudencial Credit Suisse ("Conglomerado") definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus principais riscos que são: **a. Risco de mercado** - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e alta correlação de risco em seus mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores de sensibilidade apresentados nesta nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação histórica, e a aderência do modelo é testada por meio de verificações posteriores (back testing) que consistem em calcular a porcentagem de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de Dezembro de 2022, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R\$ 15.332 (Dez/2021 - R\$ 19.736). A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros. É utilizada para verificar as perdas potenciais com baixa probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. i. Risco de Juros: o risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. Os riscos de juros são geridos pelo Conglomerado de forma consolidada por meio de técnicas de monitoramento de exposição e o uso dos vários derivativos de juros disponíveis no mercado. Em 31 de Dezembro de 2022, a sensibilidade à taxa de juros nominal em reais do Conglomerado era ganho de R\$ 220 (Dez/2021 - perda de R\$ 76) para cada ponto-base de taxa, e a sensibilidade à taxa de juros local em US\$ era ganho de R\$ 56 (Dez/2021 - perda de R\$ 246) para cada ponto-base de taxa. ii. Risco de câmbio: o risco de câmbio do Conglomerado pode ser dividido em três parcelas, como segue: a primeira é a exposição advinda da posição dos produtos relacionados com operações cambiais, bem como seus derivativos; a segunda parcela é uma posição vendida em dólares americanos devido à provisão para pagamentos a funcionários relativas a planos de compensação diferida; e a terceira e última é uma posição vendida em francos suíços que representa o valor provisionado para pagamento aos funcionários relativo a planos de compensação diferida lastreados em ações do Banco. Em 31 de Dezembro de 2022, o Conglomerado tinha uma exposição líquida de aproximadamente US\$ 41.525 (comprado em US\$ e vendido em R\$) em sua posição proprietária, US\$ 5.574 relativo à provisões de pagamento e CHF 15.342 relativo às ações mencionadas anteriormente (Dez/2021 - US\$ 34.449 vendido em US\$ e comprado em R\$, US\$ 5.574 e CHF 45.633 respectivamente). A sensibilidade de risco de câmbio para cada ponto-base percentual representaria um impacto de US\$ 4, sem incluir os passivos mencionados anteriormente. (Dez/2021 - US\$ 3) no resultado antes dos impostos. De modo geral, o Conglomerado controla sua exposição ao risco de mercado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites, estratégias consolidadas de risco de câmbio/índices e procedimentos de monitoramento de risco de câmbio e índices, como de VaR e Stress-testing. iii. Risco de ações: o risco de ações é gerido de forma consolidada. Em 31 de Dezembro de 2022, após levar em consideração as posições por papel e os instrumentos financeiros derivativos, o Conglomerado apresentava uma exposição em ações de aproximadamente R\$ 12.797 (Dez/2021 - R\$ 68.440 comprada) em uma posição vendida. Portanto, a sensibilidade de risco de ações para cada ponto-base percentual nos preços das ações representa um impacto de R\$ 1 (Dez/2021 - R\$ 7) em dezembro de 2022 no resultado antes dos impostos. **b. Risco de crédito** - o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados é minimizado através de diversificação das contrapartes, acompanhamento e determinação de limites de crédito com base na situação financeira e solicitação de garantias. O Conglomerado possui políticas, metodologias e procedimentos para monitorar o risco de crédito das suas carteiras de empréstimos, derivativos Over the Counter (OTC), fianças e debêntures. O gerenciamento é feito por área independente das áreas de negócios. A área de CRM realiza teste de estresse mensal sobre a provisão para créditos de devedores duvidosos e aprovou para a carteira de crédito referente a data-base de 31 de Dezembro de 2022 a aumento da PDD em R\$ 85.962 (Dez/2021 - R\$ 49.532), sendo este valor 168% maior em comparação a PDD não estressada. O aumento da PDD estimada para Dezembro/2022 é resultado das seguintes mudanças nas carteiras supracitadas de crédito no exercício de stress: R\$ 6.911.767 de AA para A; R\$ 4.696.942 de rating A para B; R\$ 108.569 de rating B para C; R\$ 108.728 de rating B para D; e de R\$ 40.469 de rating G para H. **c. Risco de liquidez** - o risco de decapamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de apetite e plano de contingência para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até a determinação do horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, concentração das captações, etc. Cabe ressaltar que o Conglomerado possui uma linha de crédito para liquidez junto ao CS Group no valor de US\$ 526 milhões, com vencimento em Fevereiro de 2023, não utilizada em 31 de Dezembro de 2022. A referida linha foi renovada em Fevereiro de 2023 com vencimento em Fevereiro de 2025. **d. Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação interna da cultura de monitoramento

do risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais de cada linha de negócio, bem como das áreas de controle, análise os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simulam situações onde os colaboradores não podem acessar o local de trabalho; e **e. Gestão de capital** - o processo de gerenciamento de capital da Administração leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua e é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do Conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil previstos na Resolução CMN nº 4.557/17. O processo de gerenciamento de capital é monitorado trimestralmente pelo comitê responsável pelo risco de mercado e liquidez e gerenciamento de capital, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções realizadas e as decisões estratégicas do Conglomerado. Os índices de capital dos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.958/21, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Patrimônio de Referência Nível I.....	6.129.212	4.813.121
Capital Principal.....	6.129.212	4.813.121
Patrimônio de Referência Nível II.....	-	-
Patrimônio de Referência (R).....	6.129.212	4.813.121
RWA de Crédito ¹	15.975.890	21.593.421
RWA de Mercado ¹	6.323.757	7.836.453
RWA Operacional.....	3.541.768	2.898.415
Total do RWA.....	25.841.415	32.328.289
Adicionais de Capital Aplicáveis²	2,50%	2,00%
Conservação.....	2,50%	2,00%
Índice de Basileia - Capital Nível I.....	23,72%	14,89%
Mínimo Requerido ³	8,50%	8,00%
Índice de Basileia - Capital Principal.....	23,72%	14,89%
Mínimo Requerido ³	7,00%	6,50%
Índice de Basileia - Patrimônio de referência.....	23,72%	14,89%
Mínimo Requerido ³	10,50%	10,00%

¹ O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWACpad e RWAMPad).
² Além do Adicional de Capital de Conservação, ainda são considerados o Adicional de Capital Contracíclico e o Sistêmico, ambos com o valor de 0% nos dois períodos apresentados. O Adicional de Capital de Conservação, que havia sido reduzido de 2,5% para 1,25%, a partir de 1º de Abril de 2020, como parte das alterações regulatórias realizadas em resposta ao cenário causado pelo Covid-19, voltou a ser de 2,5% em Abril de 2022, com base no disposto na Resolução CMN nº 4.958/21;
³ Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nível I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os valores de Caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Disponibilidades.....	10.197	220.229
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	9.684.016	14.356.209
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	9.694.213	14.576.438

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão representadas por vendas a liquidar e depósitos interfinanceiros registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contratos futuros.....	6.112.600	-
Pessoas jurídicas.....	6.112.600	-
Swaps.....	14.769.915	(44.413)
Pessoas jurídicas - ligadas.....	14.796.915	(44.413)
Opções.....	4.613.396	215.068
Instituições financeiras - não ligadas.....	-	-
Pessoas jurídicas - ligadas.....	2.763.396	215.068
Pessoas jurídicas.....	1.850.010	2
Termo.....	1.352.769	1.352.645
Instituições financeiras - não ligadas.....	1.352.769	1.352.645
Total.....	26.848.680	1.523.290

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contratos futuros.....	5.627.870	-
Pessoas jurídicas.....	5.627.870	-
Swaps.....	9.318.198	(20.516)
Pessoas jurídicas - ligadas.....	9.318.198	(20.516)
Opções.....	4.832.554	279.996
Instituições financeiras - não ligadas.....	366.199	-
Pessoas jurídicas - ligadas.....	4.466.355	279.996
Pessoas físicas.....	-	-
Termo.....	477.213	477.213
Instituições financeiras - não ligadas.....	477.213	477.047
Total.....	20.155.836	736.693

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	2.531	2.529	34	34
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	650.291	650.381	489.296	489.248
Notas do Tesouro Nacional (NTN-A).....	52.676	49.473	58.355	56.838
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	45.760	44.539	46.952	45.785
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	318.572	319.430	41.262	41.167
Debêntures.....	700.994	719.837	680.036	692.649
Cotas de fundo imobiliário.....	71.640	81.150	71.640	84.838
Cotas de fundos multimercado (*) (*).....	6.210.460	6.207.964	6.426.507	6.419.981
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).....	10.481	10.407	-	-
Notas Comerciais.....	521.615	521.505	-	-
Total.....	8.585.020	8.607.215	7.814.082	7.830.540
Vinculados à prestação de garantias				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).....	78.931	79.063	32.581	32.230
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	31.561	32.304	-	-
Cotas de fundo multimercado.....	41.294	41.294	36.639	36.639
Total.....	151.786	152.661	69.220	68.869
Total de títulos e valores mobiliários.....	8.736.806	8.759.876	7.883.302	7.899.409

Conforme apresentado na nota 2, a participação em ações do Banco Modal S.A. foi integralmente vendida durante o último trimestre de 2022 em lotes de ações via pregão da B3 S.A., tendo como base os preços de mercado no momento da venda. Como resultado destas vendas, foi apurado um prejuízo no montante de R\$ 179.987 em 2022 (R\$ 2021 - 0).

(*) As cotas dos fundos de investimento multimercado da carteira própria estão representadas por aplicações do Banco em fundos exclusivos do Grupo Credit Suisse.

(*) Em 31 de dezembro de 2022, a composição da carteira do fundo multimercado mais relevante nesta linha (que compõe 80% do saldo), está representada por 48% em títulos públicos federais (2021 - 23%), 21% em ações de companhias abertas (2021 - 22%), 12% em cotas de fundos de investimentos (2021 - 3%), 17% em instrumentos financeiros derivativos (2021 - 19%) e 2% em debêntures (2021 - 4%).

Segue abaixo quadro com a composição da carteira do Banco por tipo e classificação:

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado

Títulos para negociação	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos públicos federais.....	1.180.322	1.177.719	668.480	665.302
Títulos privados - renda fixa.....	20.309	19.449	-	-
Cotas de fundos de investimento.....	6.323.394	6.330.408	6.534.786	6.541.458
Total.....	7.524.025	7.527.576	7.203.266	7.206.760

Disponíveis para venda

	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos privados - renda fixa.....	1.212.781	1.232.300	680.036	692.649
Total.....	1.212.781	1.232.300	680.036	692.649

Total de títulos e valores mobiliários..... **8.736.806** **8.759.876** **7.883.302** **7.899.409**

Para refletir a estratégia de gerenciamento de riscos do Banco, em 30 de Junho de 2022, foram reconhecidas debêntures da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 7.238 (2021 - R\$ 0), que em 31 de Dezembro de 2022, representam um montante de R\$ 9.042 (2021 - R\$ 0). O total de R\$ 136 (2021 - R\$ 0), referente as perdas não realizadas e que estavam registradas como componente destacado no patrimônio líquido, foi reconhecido no resultado do período, conforme determina a Circular nº 3.068/01. Em 31 de Dezembro de 2022, não houve reclassificações de categoria. Os títulos vinculados à prestação de garantias estão relacionados às operações realizadas pelo Banco na B3 S.A. Os títulos públicos estão custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimentos nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A.

b. Composição da carteira por faixa de vencimento e por ramo de atividade

Vencimentos	Setor privado					Setor público			Total	
	Indústria	Serviços	Pessoas Físicas	Habituação	Rural	Comércio	Governo	Dezembro/22	Dezembro/21	
A vencer										
Até 3 meses.....	35.698	48.897	205.490	-	11.016	7.151	-	308.252	180.565	
De 3 a 12 meses.....	508.061	189.333	186.037	284	5.658	29.939	99.144	1.018.456	2.730.248	
De 1 a 3 anos.....	36.847	617.603	1.387.325	50.010	10.552	69.620	141.794	3.233.751	2.100.752	



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

12. Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial		Valor contábil do investimento		Dividendos recebidos	
	Capital social	Patrimônio líquido	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Participações societárias em controladas						
No país						
Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.	135.000	232.600	14.163	28	54.000	100%
Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ...	210.000	438.635	57.289	(807)	96.000	100%
Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.	150.000	193.678	89.739	(1.157)	2.760.805	100%
Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management S.A.	100	236.803	78.548	(184)	100.000	100%
Total			239.739	6.932	1.101.716	912.997
No exterior						
Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd. (b)	365.239	1.291.544	2.802		70.000.000	100%
Total			242.540	40.347	2.393.263	2.291.569

(a) Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas e controladas decorrente da constituição de provisão atuarial sobre benefícios a empregados (plano de saúde), conforme CPC 33 (R1).
 (b) Subsidiária integral cuja principal atividade é facilitar a atuação nos mercados financeiros internacionais, sendo o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.524/16, a parcela do resultado de equivalência patrimonial relativa aos ajustes decorrentes do efeito da variação cambial está registrada em conta de patrimônio líquido. Em 31 de Dezembro de 2022, o montante registrado no patrimônio líquido da controladora considera as perdas decorrentes de variação cambial deste investimento no valor de R\$ 49.117 (2021 - ganho de R\$ 61.930), em 31 de Dezembro de 2022.

16. Provisões: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de Dezembro de 2022, as provisões no montante de R\$ 41.934 (2021 - R\$ 47.071), estão representadas principalmente por honorários advocatícios fiscais, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09, e, por garantias prestadas, com base na Resolução CMN nº 4.512/16, conforme apresentado na nota 21.g. Segue abaixo, a movimentação das provisões contingentes no exercício:

Dezembro/2021	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2022
33.855	2.092	-	-	35.947
9.449	623	(7.385)	-	2.687
2.281	-	-	2.281	-
1.486	-	(467)	1.019	-
47.071	2.715	(7.852)	41.934	-

17. Provisões: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de Dezembro de 2022, as provisões no montante de R\$ 41.934 (2021 - R\$ 47.071), estão representadas principalmente por honorários advocatícios fiscais, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09, e, por garantias prestadas, com base na Resolução CMN nº 4.512/16, conforme apresentado na nota 21.g. Segue abaixo, a movimentação das provisões contingentes no exercício:

Dezembro/2020	Constituições/Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2021
33.084	771	-	-	33.855
6.015	4.325	-	(891)	9.449
2.281	-	-	2.281	-
2.234	12	(760)	1.486	-
42.614	5.108	(1.650)	47.071	-

(a) Referem-se as ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

As principais contingências provisionadas são:

- **MP Impositivo** para assegurar o direito de utilização da totalidade de seus prejuízos fiscais, sem a limitação quantitativa prevista pela Lei nº 8.981/95. O valor da causa atualizada é R\$ 4.806 (2021 - R\$ 4.452), estando depositado em juízo o montante de R\$ 5.694 (2021 - R\$ 5.339). • O Banco argumenta que as entidades financeiras devem estar sujeitas à mesma taxa da CSLL aplicável a entidades não financeiras (10% ao invés de 23%). O valor da causa atualizada é R\$ 6.099 (2021 - R\$ 5.775), estando depositado em juízo o montante integral. O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com o opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos são: • **Agio** na aquisição de investimentos: O Banco defende na esfera administrativa e judicial a aquisição da Hedging-Griffo na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O valor atualizado da causa é de R\$ 722.892, estando depositado em juízo o montante de R\$ 75.503 (2021 - R\$ 68.129). • **Limitação temporária da dedutibilidade de perdas com derivativos:** O Banco defende na esfera judicial a possibilidade de deduzir perdas em operações com derivativos, ocorridas em 1999, na base de cálculo do imposto de renda, não limitando-se aos ganhos obtidos em operações de mesma natureza. O valor atualizado da causa é de R\$ 487.567 (2021 - R\$ 471.024). • **Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados:** O Banco discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas autuações referem-se aos exercícios de 2005 a 2013. O valor atualizado da causa é de R\$ 177.544 (2021 - R\$ 169.275). • **Multa imposta pelo Banco Central do Brasil:** O Banco discute na esfera judicial uma multa imposta pelo Banco Central do Brasil em Junho de 2000, em razão deste ter desconsiderado a classificação de algumas operações de câmbio realizadas. O montante envolvido no litígio é de R\$ 25.708 (2021 - R\$ 24.339). • **Glosa de despesas com erros operacionais:** O Banco defende autuação ocorrida em Abril de 2013, na qual o Fisco descaracterizou despesas incorridas em 2008 com erros operacionais. Tais despesas foram consideradas indevidas no cálculo do IR e da CSLL, mas tributáveis na fonte como rendimentos. Objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o Banco apresentou na esfera judicial seguro - garantia da totalidade dos débitos. O valor atualizado da causa é de R\$ 23.365 (2021 - R\$ 22.065). • **Tributação do ganho de capital na venda dos ativos patrimoniais da Bovespa e BM&F:** O Banco discute na esfera judicial autuação ocorrida em Setembro de 2010 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do IR e da COFINS, uma vez que se referiam a resultado na venda de ativo permanente. Devido a inscrição em dívida ativa, houve acréscimo de 20% dos honorários PGFN. O valor atualizado da causa é de R\$ 19.934 (2021 - R\$ 15.761). • **O Banco discute na esfera judicial do IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da despesa de juros e variação cambial ocorrida no ano de 2008, oriundas de título de dívidas emitidas no exterior pela Latam (Brasil) Representações Ltda entre agosto de 1997 e março de 1998. O valor da causa é de R\$ 576.009 (2021 - R\$ 543.866). • **Questionamento de Pessoa Física relativa a indenização por danos sofridos em consequência da não conclusão de um negócio supostamente firmado com o Credit Suisse.** Em primeira instância, o processo foi julgado improcedente sem apreciação do mérito. O autor interpôs recurso de apelação ao qual foi dado provimento. O Credit Suisse interpus recurso especial para anular o acórdão que deu provimento à apelação e obteve êxito, de modo que foi determinado um novo julgamento. Aguarda-se julgamento. O valor atualizado da causa é de R\$ 72.462 (2021 - R\$ 4.162). • **O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 71.226 (2021 - R\$ 64.056).** Na avaliação da administração, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.**

17. Dividas subordinadas: O Banco emitiu dívida subordinada conforme demonstrado abaixo:

Data da captação	Data de vencimento	Taxa	Valores captados em US\$	Dezembro/2022	Dezembro/2021
26/11/1999	26/11/2027	SOFR + 4.17 % a.a.(*)	50.000	262.900	280.110
			50.000	262.900	280.110

(*) Em 2022, o contrato sofreu repactuação dos termos contratuais, com alteração de sua taxa de juros de LIBor 6m + 3,75 a.a. para SOFR + 4,17 a.a.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital social está representado por 554.854.377 ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 277.427.188 ações ordinárias e 277.427.189 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 970.000, passando este de R\$ 2.030.000 para R\$ 3.000.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização da Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 428.651 e Reserva Estatutária no montante de R\$ 541.349. No entanto, em 6 de Setembro de 2021, o Bacen (DEORF) comunicou o indeferimento do aumento de capital solicitado em razão de parte dos saldos utilizados para tal fim somente terem sido incorporados à conta de reserva especial de lucros em Maio de 2021, por conta da reintegração de dividendos do exercício anterior. Em resumo, as reservas de lucros apresentadas no balanço imediatamente anterior ao da solicitação do aumento de capital eram inferiores ao montante total solicitado. Dessa forma, em 31 de Dezembro de 2021, o capital social do Banco foi mantido em R\$ 2.030.000. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de Abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 970.000, passando este de R\$ 2.030.000 para R\$ 3.000.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização dos recursos consignados integralmente na Reserva de Lucros - Estatutária do Banco. O Banco enviou ao Bacen (DEORF) o pedido para o aumento de capital no dia 28 de Abril de 2022, o qual foi aprovado pelo Bacen em 3 de Agosto de 2022. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes à até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva de lucros a realizar está representada por lucros auferidos pela subsidiária do Banco no exterior, Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd., ainda não distribuídos. A realização desta reserva será feita à medida em que ocorra a distribuição de lucros que tenham sido base para sua constituição e a proposta de distribuição e o pagamento de dividendos pelo Banco para sua controladora na Suíça. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de Abril de 2021, foi aprovada a criação da "Reserva de Lucros - Especial" do Banco com a finalidade de registrar os lucros que excederem a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e que não possam ser destinados para outra reserva de lucros, em razão dos limites estabelecidos no Estatuto, podendo esta ser utilizada para a absorção de prejuízos, aumento de capital e distribuição de dividendos. **c. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de Abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 205.704 correspondente a aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, após a constituição de Reserva Legal. Em 31 de Maio de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou e aprovou a reintegração dos dividendos à conta de "Reserva de lucros - especial" do Banco. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 25 de Abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 14.468 correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, após a constituição de Reserva Legal. Os dividendos foram pagos em 26 de Agosto de 2022. De acordo com a Ata da Diretoria de 30 de Dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 305.923, relativos aos resultados auferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022. Os juros sobre o capital próprio (JCP) distribuídos aos acionistas foi superior ao cálculo do dividendo mínimo obrigatório; desta forma, não foram propostos dividendos sobre estes resultados. O valor do JCP, líquido do imposto de renda retido na fonte, foi de R\$ 260.885 e pago em 05 de Janeiro de 2023.

19. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Ativo			
Disponibilidades.....	Controlada	97	155
Disponibilidades.....	Relacionada	8.714	159.053
Aplicações em mercado aberto.....	Controladas	410.178	607.653
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	Controlada	1.510.357	3.216.162
Títulos e valores mobiliários.....	Controladas	6.207.954	6.419.980
Instrumentos financeiros derivativos.....	Controlada	232.964	280.845
Operações de Crédito.....	Relacionadas	-	17.939
Outros créditos:			
Carteira de câmbio.....	Relacionada	-	91
Rendas a receber - dividendos.....	Controladas	51.288	30.677
Negociação e intermediação de valores.....	Controladas	314.748	448.282
Negociação e intermediação de valores.....	Relacionadas	-	31.871
Diversos - aluguel.....	Controladas	1.409	1.436
Diversos - outros valores a receber.....	Controladas	21	21
Diversos - outros valores a receber.....	Relacionada	5	79
Passivo			
Depósitos a prazo.....	Controlada	263.810	237.202
Depósitos a prazo.....	Relacionadas	74.121	43.527
Captações no mercado aberto.....	Controladas	1.854.850	2.064.556
Obrigações por empréstimos.....	Relacionada	8.815.092	13.722.032
Obrigações por empréstimos.....	Controlada	1.060.142	1.118.220
Instrumentos financeiros derivativos.....	Controlada	50.827	148.764
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias - dividendos.....	Controladora	-	14.468
Sociais e estatutárias - JCP.....	Controladora	306.923	-
Carteira de câmbio.....	Relacionada	-	91
Negociação e intermediação de valores.....	Controladas	313.985	299.493
Negociação e intermediação de valores.....	Relacionadas	695	374
Diversa subordinada.....	Relacionada	262.900	280.110
Diversas - aluguel.....	Controlada	-	8

20. Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial ...
 Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial ...
 Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço
 Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço
 Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros
 Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (+0,5%) no custo do serviço
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (-0,5%) no custo do serviço
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (+0,5%) no custo dos juros
 Impacto da alteração da hipótese de HCTCR (-0,5%) no custo dos juros

21. Outras informações: a. Outros créditos - rendas a receber estão representadas por serviços prestados a receber no valor de R\$ 13.669 (2021 - R\$ 34.477) e dividendos a receber de controladas no montante de R\$ 51.288 (2021 - R\$ 30.677). **b.** O ativo intangível, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, está composto pelo saldo de licenças de uso de softwares, líquido da amortização acumulada, no montante de R\$ 125 (2021 - R\$ 14). **c.** Receitas de prestação de serviços incluem, substancialmente, serviços de consultoria e assessoria financeira de R\$ 400.577 (2021 - R\$ 149.380), rendas com corretagem de R\$ 21.846 (2021 - R\$ 20.672), serviços de custódia de R\$ 14.683 (2021 - R\$ 12.564) e comissões na colocação de títulos de R\$ 25.114 (2021 - R\$ 167.326). **d.** Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 4.843 (2021 - R\$ 6.019), despesas de comunicações de R\$ 12.380 (2021 - R\$ 13.358), despesas de serviços técnicos especializados de R\$ 66.024 (2021 - R\$ 107.361), despesas de aluguéis de R\$ 9.816 (2021 - R\$ 6.216), despesas de depreciações e amortizações de R\$ 10.150 (2021 - R\$ 9.233), despesas de promoções e relações públicas de R\$ 7.393 (2021 - R\$ 4.448), despesas com viagens de R\$ 3.446 (2021 - R\$ 551), despesa com projetos de assessoria financeira no valor de R\$ 3.587 (2021 - R\$ 11.461) e despesas com processamento de dados de R\$ 6.857 (2021 - R\$ 8.168). **e.** Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, a rendas de outros créditos a receber no valor de R\$ 20.497 (2021 - R\$ 22.134), rendas diversas de R\$ 5.171 (2021 - R\$ 1.741), reversão de provisão para garantias prestadas de R\$ 467 (2021 - R\$ 747), atualização de depósitos judiciais de R\$ 9.204 (2021 - R\$ 3.159) e reversão de provisão para riscos trabalhistas de R\$ 6.762 (2021 - R\$ 3.434). **f.** Outras despesas operacionais referem-se, substancialmente, a despesas de juros sobre valores a pagar decorrentes da aquisição da Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos S.A. no valor de R\$ 19.296 (2021 - R\$ 6.606), despesas com seguros contratados de R\$ 3.289 (2021 - R\$ 5.948) e despesas de comissão por indicação de clientes no valor de R\$ 17.941 (2021 - R\$ 19.767). **g.** Garantias prestadas a terceiros por avais e fianças bancárias totalizam R\$ 2.465.172 (2021 - R\$ 2.573.798), sendo R\$ 1.789.916 referentes a fianças bancárias (2021 - R\$ 1.882.056) e R\$ 675.256 referentes à avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal (2021 - R\$ 691.744). Está registrada provisão para perdas na rubrica de "Provisões" no montante de R\$ 1.019 (2021 - R\$ 1.486), sendo R\$ 992 referentes a fianças bancárias (2021 - R\$ 1.385) e R\$ 27 referentes à avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal (2021 - R\$ 101). Os principais critérios e informações utilizados para avaliar as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas estão de acordo com modelos e práticas reconhecidas pelo gerenciamento de risco de crédito do Banco, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.512/16. **h.** As despesas de pessoal são compostas, substancialmente, por salários, encargos, 13º salário, despesas com pagamentos de gratificações e seus correspondentes encargos, além de despesas com provisões de planos de ações e remuneração diferida. **i.** As captações em moeda nacional estão representadas, principalmente, por certificados de depósitos bancários, captações de operações estruturadas (COEs) e operações comprometidas passivas/vendidas com títulos públicos. **j.** A perda cambial não-realizada é composta, principalmente, por variação cambial sobre empréstimos no exterior, dívida subordinada e financiamentos à exportação. **k.** Em atendimento ao art. 76, incisos I e II da Resolução CMN nº 4.965/21, a diretoria do Conglomerado Credit Suisse aprovou em ata de 15 de Dezembro de 2022, o respectivo plano para implementação. Em resumo, o plano destaca os principais tópicos da norma (classificação de ativos e passivos financeiros, reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contabilidade de hedge e alterações em relatórios contábeis - Cosif, Cadocs, DFs, etc), definindo suas etapas, planos de ação, impactos (inclusive em sistemas internos), áreas e entidades do Conglomerado afetadas, complexidade de implementação e cronograma.

22. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

Dezembro/2022	Dezembro/2021	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	1.218.392	145.584
Participações nos lucros e resultados.....	(5.686)	(5.061)
Base de cálculo.....	1.212.706	140.523
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 20%.....	(545.718)	(63.235)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas.....	109.144	18.156
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	2.611	(13.576)
Lucro no exterior líquido de IRRF.....	-	(10.612)
Incentivos Fiscais.....	1.441	2.907
Baixa de crédito tributário - realização acima 10 anos.....	12.184	(4.474)
Efeito na CSLL corrente - alíquota majorada (1).....	(698)	(8.776)
Juros sobre Capital Próprio - T.J.L.P.....	138.116	-
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores (2).....	2.263	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(280.657)	(79.610)
(1) Efetuamos o reconhecimento da parcela adicional de CSLL corrente, respectivamente, às alíquotas majoradas de 1% para o período 1º de Agosto à 31 de Dezembro de 2022, na forma da Lei nº 14.446/22, e de 5% para o período de 1º de Julho à 31 de Dezembro de 2021, na forma da Lei nº 14.183/21.		
(2) Ajuste principal para provisão de contribuição social de 31 de Dezembro de 2021, calculada pelo método da proporcionalidade da receita bruta, referente à majoração da alíquota de CSLL de 5%.		

23. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

Dezembro/2022	Dezembro/2021	
Reversão de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias (Constituição) reversão.....	-	(25.895)
Obrigações diferidas sobre adições/exclusões temporárias.....	(2.588)	203.896
Realização sobre prejuízo fiscal de IRPJ.....	(63.653)	(60.821)
Realização sobre base negativa de CSLL.....	(72.689)	(63.159)
Total de impostos diferidos.....	(138.930)	48.021

24. Expectativa de realização do crédito tributário

Dezembro/2022	Valor
Imposto de renda	4.420
Contribuição social	5.846
Total presente (*)	10.266
1º ano.....	34.278
2º ano.....	33.935
3º ano.....	68.213
4º ano.....	62.179
5º ano.....	49.672
6º ano.....	33.748
7º ano.....	25.186
8º ano.....	5.368
9º ano.....	3.368
10º ano.....	4.180
Total.....	338.115

25. Expectativa de realização do crédito tributário

Dezembro/2022	Valor
Imposto de renda	4.420
Contribuição social	5.846
Total presente (*)	10.266
1º ano.....	34.278
2º ano.....	33.935
3º ano.....	68.213
4º ano.....	62.179
5º ano.....	49.672
6º ano.....	33.748
7º ano.....	25.186
8º ano.....	5.368
9º ano.....	3.368
10º ano.....	4.180
Total.....	338.115

(*) A taxa de desconto utilizada é a Selic.
26. Outras informações: a. Outros créditos - rendas a receber estão representadas por serviços prestados a receber no valor de R\$ 13.669 (2021 - R\$ 34.477) e dividendos a receber de controladas no montante de R\$ 51.288 (2021 - R\$ 30.677). **b.** O ativo intangível, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, está composto pelo saldo de licenças de uso de softwares, líquido da amortização acumulada, no montante de R\$ 125 (2021 - R\$ 14). **c.** Receitas de prestação de serviços incluem, substancialmente, serviços de consultoria e assessoria financeira de R\$ 400.577 (2021 - R\$ 149.380), rendas com corretagem de R\$ 21.846 (2021 - R\$ 20.672), serviços de custódia de R\$ 14.683 (2021 - R\$ 12.564) e comissões na colocação de títulos de R\$ 25.114 (2021 - R\$ 167.326). **d.** Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 4.843 (2021 - R\$ 6.019), despesas de comunicações de R\$ 12.380 (2021 - R\$ 13.358), despesas de serviços técnicos especializados de R\$ 66.024 (2021 - R\$

...continuação



Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

A DIRETORIA

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é único para as empresas do Conglomerado Financeiro e é constituído por membros do Banco, indicados pela Assembleia Geral de Acionistas, e opera conforme regulamento que estabelece a composição, o funcionamento, a competência e suas demais atribuições.

Dentre os principais objetivos do Comitê de Auditoria, incluem-se a avaliação da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos; o cumprimento das exigências legais e regulamentares; a verificação da atuação, independência e qualidade do trabalho de auditoria independente; e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras das entidades que compõem o Conglomerado Prudencial Credit Suisse no Brasil, bem como dos

relatórios consolidados.

No desempenho de suas atividades, o Comitê de Auditoria realizou reuniões periódicas com o Comitê de Controles Internos, com os auditores internos e com os auditores independentes, acompanhou as alterações dos manuais de controles internos, revisou as demonstrações financeiras e os relatórios emitidos pela auditoria interna, pela auditoria independente e pelos órgãos reguladores, e acompanhou as ações corretivas, implementadas pela administração, em relação às recomendações para aprimoramento dos processos. Adicionalmente analisou e discutiu o relatório preparado pela Ouvidoria.

Com base nas atividades mencionadas e no contexto de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considerou adequados os controles internos, as atividades da auditoria independente e da auditoria interna, e a qualidade e integridade das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

São Paulo, 17 de Março de 2023.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos (Notas 3(f) e 7(c)): A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que, em determinados casos, utiliza modelos de precificação desenvolvidos pela administração que consideram como premissas, (i) dados observáveis de mercado, como preços de instrumentos financeiros com características semelhantes, e (ii) modelos matemáticos de interpolação de taxas, entre outros. Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: • Atualização de nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos. • Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos em base amostral, a performance independente dos cálculos para

mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com os requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados. Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes que demonstram os saldos por operação e com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção

relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP241313/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 20/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/20/CREDITSUISSE1568340520032023.pdf>

Hash: 16790845217e627a741d9a4dd4a9568cf54c65aa0b